

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16451 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 17 - Educação Ambiental

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL NA AMAZÔNIA

Oscar Serrano Silva - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL NA AMAZÔNIA

**RESUMO:** Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento, em que busca-se investigar a presença da Educação Ambiental no contexto da Educação Profissional. Num contexto de EP, baseado em valores organizacionais e de competitividade a EA na EP pode promover práticas de desenvolvimento sustentável, que buscam equilibrar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente, inspirar mudanças de comportamento motivando as pessoas a adotar práticas mais sustentáveis em suas vidas cotidianas, desde a reciclagem até a redução do consumo de recursos naturais essenciais para garantir um futuro melhor para as próximas gerações. Este estudo é composto de fragmentos de uma pesquisa de mestrado, que se intitula “Educação ambiental na educação profissional federal na Amazônia”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho documental, analisando os documentos normativos institucionais como leis projetos escolares e de gestão de uma instituição de ensino profissional localizada na Amazônia. A pesquisa analisa a EA nas práticas pedagógicas de uma instituição de ensino profissional e como estas contribuem para a exploração das questões ambientais locais para que os estudantes entendam como os problemas ambientais afetam sua sociedade e de que forma podem fazer a diferença em nível local a partir de uma visão global.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Educação Profissional. Prática Pedagógica

A degradação do meio ambiente, uma iminente crise ambiental global e os questionamentos sociais de consumo, na busca insaciável por realização de vontades alicerçadas no egocentrismo e, principalmente, na indiferença em relação ao meio ambiente e aos outros indivíduos nos coloca frente a uma necessária reflexão comportamental na busca de soluções imediatas para um equilíbrio entre o homem e a natureza.

Freire (2020) nos diz que a educação libertadora e problematizadora do sujeito não pode ser a favor de depósitos de conteúdos nos corpos vazios dos educandos, nem de uma consciência mecanizada. Homens e mulheres precisam ser corpos conscientes.

Layrargues (2020) aponta que a Educação Ambiental é um ato político frente ao modelo de desenvolvimento vigente, seu papel central é estimular a consciência da estrutura insustentável do capitalismo.

Para promover padrões de consumo e de produção que reduzam impactos ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade, faz-se necessária a adoção de uma nova

postura das instituições de ensino da rede pública federal que formam técnicos, que, ao invés de agirem de modo funcional e subserviente ao mercado desenvolvam ações com foco na formação de profissionais capazes de construir e reconstruir conhecimento, de criar novos conceitos de riqueza e prosperidade que permitam a melhoria da qualidade de vida através da modificação dos estilos.

Segundo Santos (1961, p. 181), a educação profissional é “a formação para o trabalho e visa a habilitação técnica para o exercício de uma profissão”. Corresponde à aprendizagem de processos de conhecimento e à compreensão geral que o profissional deve ter com relação a uma atividade ou grupo de atividades entre si relacionadas. O autor complementa ainda que a educação profissional deve ser acompanhada da educação integral da personalidade, porque de nada vale formar o profissional sem formar o homem.

Cabe ressaltar aqui a crítica que faz Freire a uma educação profissional pragmatista, submissa à ética menor – a do mercado. O que ele propõe é um processo de formação humana que vincule os conhecimentos técnicos e científicos às suas historicidades e funções social e política de libertação humana.

Apostando na práxis libertadora, é possível pensar em outros mundos possíveis, mais éticos e sustentáveis. Na educação técnica, é válido pensar alternativas credíveis para libertação e transformação, em que as lógicas de dominação e subordinação sejam subvertidas para produzirmos relações existenciais mais solidárias e estéticas com o outro e com o nosso Planeta. Enfim, lutar por práxis transformadoras é também engajar-se numa educação para a sustentabilidade social e planetária.

As reflexões sobre a educação ambiental são de grande importância para a manutenção e futuro do nosso planeta. Concomitante a essa ponderação faz-se necessário avaliar as práticas pedagógicas e político educacionais da Educação Profissional para conscientizar a comunidade acadêmica sobre os desafios ambientais que enfrentamos, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade a poluição e etc.

A educação ambiental na prática pedagógica na educação profissional deve ser abordada de maneira abrangente e interdisciplinar sendo incorporada em várias disciplinas como matemática, língua portuguesa, administração, empreendedorismo, entre outras da formação técnica para que os alunos possam compreender a complexidade e interconexões dos problemas ambientais, promovendo a consciência e a ação ambiental responsável além de proporcionar o desenvolvimento de habilidades práticas relacionadas à sustentabilidade, como conservação de energia e água, plantio de árvores, consumo consciente, redução de desperdício equilibrando as necessidades humanas com a preservação do meio ambiente a longo prazo.

Para Souza (2016), a Prática Pedagógica vai além das relações com a escola, com os conteúdos, com as técnicas de ensino, a avaliação, materiais didáticos pedagógicos, entre outros. A prática pedagógica é um processo de mediação com os sujeitos, com o mundo a sua

volta, ou seja, é também efetivada fora da escola.

A autora esclarece que;

[...] A natureza da prática pedagógica reside na sua intencionalidade, no contexto da prática social. É como se a prática social fosse a categorização da ação humana, com pilares pedagógicos, econômicos, culturais, ideológicos, políticos, etc.”. (SOUZA,2016, p 40)

Souza (2016) destaca ainda que a prática pedagógica é uma construção social e histórica, moldada por múltiplos fatores internos e externos. A compreensão dessa inter-relação é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivas que respondam às necessidades dos alunos e às demandas da sociedade.

O documento Escolas Sustentáveis (BRASIL, 2012), que prevê os três eixos da Educação Ambiental: Espaço Físico, Gestão Democrática e Organização Curricular como princípios e procedimentos estabelecidos que devem constar nos Projetos Político-Pedagógicos e Planos de curso da Educação Básica e Profissional e de cursos da Educação Superior, apresenta o currículo como potencialidade emergente para o cotidiano escolar da educação profissional para a educação ambiental. Assim, a pergunta que norteia este artigo e abre possibilidades para outros desdobramentos de pesquisas é a seguinte: Como podemos pensar no diálogo entre a educação profissional e a educação ambiental?

Por meio de uma prática dialógica, podemos trabalhar o currículo como política cultural, tal como Giroux (*apud* Silva, 1999). Assim, é possível canalizar o potencial de resistência dos educandos e educadores para desenvolver uma pedagogia e um currículo com conteúdo político e crítico voltado para a educação ambiental.

A abordagem de uma EA crítica num contexto de formação profissional fomenta a criticidade e a autonomia dos educandos que se assumem como sujeitos no mundo num processo de mediação homem/mundo. Com Freire (1980, 2005), podemos entender que a consciência ambiental não se reduz ao acúmulo de informações ecologicamente corretas porque carrega em si não apenas a razão, mas também sensibilidades éticas e estéticas de ser/estar no mundo. A conscientização crítica exige, sobretudo, o questionamento da nossa relação com a natureza. Essa reflexão implica uma postura epistemológica questionadora de uma visão utilitarista e mecanizada da natureza.

O sentido mais radical de uma EA transformadora vai além de sensibilizar a população com o problema. É preciso que nos conscientizemos de que os problemas socioambientais são complexos e planetários e, por isso mesmo, exigem um engajamento político coletivo, em nível tanto local quanto global.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez,

2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 6. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**: 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020. p. 87-155.

SANTOS, T. M. (1961). Noções de Administração escolar: Para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia (1ª; Companhia Editora Nacional, Ed.). São Paulo.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, M. A. Sobre o Conceito de Prática Pedagógica. In: SILVA, M. C. B. (Org.) **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. p. 38-65.